

A PASSAGEM DO TUDO AO NADA: ROBERTO SCHWARZ ENTRE COLAPSOS TEMPORAIS E DESAFIOS DE GERAÇÃO

VITOR MORAIS GRAZIANI³⁰⁰

Mas então, que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa.”

(Machado de Assis – *A semana*, 25.03.1894)

“Nova Tropicália, velha ditadura
Nossa represália, fuga da vida dura
Ação necessária por nossa bandeira
Que isso é a reforma agrária da música brasileira

[...]

Eu falo de suor e calos, traumas e abalos
Almas e ralos, São Paulo, fumaça feia
Capitães do mato *versus* capitães de areia
(Emicida/Felipe Vassão – Samba do Fim do Mundo)

Resumo: Em 2012, quando da publicação do livro de ensaios do crítico literário Roberto Schwarz *Martinha* versus *Lucrecia*, uma resenha de Milton Ohata sobre o material trazia uma expressão interessante para designar a obra de Schwarz: “futuro estático”. A partir desta noção, o presente artigo visa uma investigação da fenomenologia do tempo na obra de Roberto Schwarz, tendo como ponto capital para a análise o pré e o pós golpe civil-militar de 1964, momento que teria instituído a estaticidade deste futuro. Acompanhando os rumos do pensamento dialético de Roberto ao longo dos anos, ansiamos apontar as vicissitudes e desafios da crítica dialética à experiência brasileira do pacto nacional-desenvolvimentista até hoje. Assim, se 1964 iniciaria o encerramento de um momento histórico, outro tempo se inauguraria, e novas respostas passariam a ser esperadas da crítica dialética.

Palavras-chave: Roberto Schwarz; Tempo histórico; Ditadura Civil-Militar; 1964; Modernização capitalista.

1. INTROITO: A Nova Utopia

O poeta paulista Régis Bonvicino tem investigado em suas últimas intervenções aquilo que denominou de “a nova utopia”³⁰¹. O primeiro poema da série, *A nova utopia (1)* possui alguns trechos provocativos que citamos a seguir: “A nova utopia é inclusiva, participativa. A nova utopia é o coro

³⁰⁰ Graduação em história (bacharel e licenciatura) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: vitor.morais@usp.br.

³⁰¹ Em 2019, Régis lança o álbum “Deus devolve o revólver” que adianta o espírito presente em BONVICINO, Régis. *A nova utopia*. São Paulo: Quatro Cantos, 2022.

afinado dos descontentes. É um ex-guerrilheiro, de porte avantajado, homem forte do governo.” Mais adiante: “A nova utopia é nosso dever como cidadãos”. E ainda: “A nova utopia tem logo e slogan. Condena chacinas na periferia. A nova utopia emite notas de repúdio, lança abaixo-assinados; defende o grafite; a nova utopia prega a bicicleta. A nova utopia é o respeito incondicional ao nanismo” (Bonvicino, 2019, faixa 01). Em linhas gerais, a nova utopia constatada por Bonvicino (e também por ele criticada) estaria identificada com uma esquerda hegemônica, essa por sua vez inserida dentro de uma sociedade neoliberal³⁰². À parte as necessárias críticas para com, ela existe enquanto a utopia possível ao contemporâneo, inédita ao menos nesta forma, com estas características. É, em última instância, utopia, ainda que possivelmente cínica. Algo, no limite, que possui um devir e cujo horizonte de expectativas *stricto sensu* deveria ser elevado³⁰³.

Daí que o leitor deva estar se questionando a esta altura: como falar em utopia (e nova, ainda por cima!) se nosso objeto, a obra do crítico literário Roberto Schwarz, é marcada por um onipresente “horizonte inglório e rebaixado” (Schwarz, 2012, p. 110) que faria jus ao tempo no qual se insere e que desmente a “nova utopia” ironizada por Bonvicino? Ora, acontece que estamos falando de tempos históricos distintos, que podem até mesmo coexistir em um mesmo tempo físico, embora um deles, segundo nossa hipótese, esteja já gangrenando. Assim, a nova utopia de Bonvicino está para um tempo (neoliberal em termos de hegemonia) como Schwarz está para outro tempo (nacional-desenvolvimentista, pré-1964, ainda que muito mais ligado ao devir não vindo deste tempo que com ele num geral, pensando em termos daquilo que é hegemônico). A colocação se faz possível pelo seguinte: o oxigênio mental que forma Schwarz é aquele que diz respeito ao pacto nacional-desenvolvimentista interrompido por 1964, como é possível de ser denotado em seu ensaio sobre o Seminário d’*O Capital*, ainda que a preocupação central desse “grupo de estudos”, mas também de intervenção, estivesse alocada nas forças e caminhos possíveis à época para a modernização industrial (Schwarz, 1999, p.99). Seu horizonte é aquele, não à toa que seu ensaio “Cultura e política, 1964 – 1969: alguns esquemas” (Schwarz, 2008, p. 70-111) sirva, à maneira de *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967), como um ajuste de contas com seu próprio horizonte de lutas – o que, aliás, permite inferir que embora o Golpe de 1964 represente o início do colapso que desagua no que a nós é contemporâneo (Gonçalves, Otsuka e Rabello, 2013, p. 332), este só será percebido no *dayafter* de 1968, à luz do aprofundamento da Ditadura. O que, aliás, só reforça a vinculação de Schwarz com as possibilidades emancipadoras (ou, numa leitura mais enviesada, revolucionárias) que o ínterim 64 – 68 permitia deslumbrar, ainda que de maneira artificial, como nosso objeto constatará buscando entender a derrocada de seu tempo e as impossibilidades de se derrotar a derrota³⁰⁴.

³⁰² Pensando sobretudo na questão de uma capitulação das esquerdas com o fim do socialismo real (este último processo também lido por Robert Kurz como “O colapso da modernização” em KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992) e a emersão do neoliberalismo enquanto elemento revolucionário na ordem dos costumes e mentalidades anos antes da queda da “cortina de ferro”, seguimos aqui as linhas desenvolvidas por DARDOT, Pierre/LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

³⁰³ Tomamos aqui apenas o diagnóstico de Bonvicino sobre a existência de uma nova utopia em nossos tempos atuais e ignoramos, ao menos por enquanto, a ironia de sua análise quanto a essa.

³⁰⁴ Maurício Reimberg, em estudo sobre a obra crítica de Schwarz durante sua formação intelectual, isto é, até “Cultura e política, ...” vir à cena, vai na contramão, até certa altura, dos esquemas que propomos. A vinculação entre o oxigênio mental emancipador, mas ambivalente, dos anos 1960, vislumbrada num Schwarz que via o curso da História andar para uma presentificação do futuro imaginado pelo ideário das esquerdas da época (no PC ou não), e o diagnóstico da derrota não pode,

A pontuação, contudo, não anula que após os diagnósticos de “Cultura e política, ...”, como se verá adiante, Schwarz passe a investigar o dia que estava vindo, processo esse que terá seu ápice na sondagem do contemporâneo efetuada em seu livro *Sequências brasileiras* (Schwarz, 1999) (Ferro, no prelo), em que unirá a “sociedade sem classes, sob o signo da delinquência” (idem, p. 179) retratada por Chico Buarque em *Estorvo* (Buarque, 1991) à crise da categoria trabalho mobilizada por Robert Kurz em seu estudo sobre o “colapso da modernização” e as sociedades “pós-catastróficas” (Otsuka, 2013). Seja como for, queremos com esta digressão sobre a poesia de Bonvicino e seus não-lastros com a obra de Schwarz apontar para os diferentes tempos históricos possíveis dentro da experiência (moderna?) brasileira. Indo direto ao ponto: se um determinado tempo colapsou na obra de Schwarz – e, pista dada, logo veremos de qual se trata e analisaremos o tema –, por conseguinte, outro tempo se impôs triunfante. E Bonvicino está justamente versando sobre este novo tempo da matéria brasileira, a partir de um determinado ponto de vista. Mas antes vamos falar um pouco sobre a ideia de tempo histórico e seu percurso na trajetória brasileira, para daí chegarmos até Schwarz, acompanhando todo este longo colapso, e, por fim, retornarmos à Bonvicino e a este, porque não, novo tempo do Brasil.

2. BRASIL, PAÍS DO FUTURO? (Ou, um Tempo que Ficou Pelo Caminho)

A experiência brasileira, afinal, congregou diferentes tempos históricos – ao menos indiscutivelmente de 1930 adiante. Até aí, nenhuma grande novidade. O pulo do gato está, todavia, que um destes tempos foi abatido em pleno voo. Digredindo um pouco para seguir a leitura do historiador João Paulo Pimenta, há uma diversidade de tempos históricos dada, a qual, entretanto, não impede que no mundo moderno um tempo teime constantemente em se colocar como dominante sob os demais (Pimenta, 2021, p. 27). A este tempo chamamos modernidade (cujo melhor sinônimo é justamente capitalismo, ou melhor, evolução do capitalismo):

A modernidade mais recente não tem apenas um único tempo social, e sua estrutura não é inteiramente nova: uma vez estabelecida, essa modernidade nunca destruiu por completo a antiga ideia de que a história é capaz de ensinar algo ao presente (idem, p. 281).

Ao fim e ao cabo, queremos nos debruçar aqui sobre os tempos sociais que existiram na modernidade brasileira. A ladainha é sabida: em 1930, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, é alçado ao poder por meio de uma revolução à brasileira – utilizamos o termo aqui muito mais pelas transformações causadas no aparato dirigente brasileiro que pela efetiva participação popular no processo, afinal, não custa lembrar a ordem do dia daqueles tempos: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”. Pois bem. Com este ato, o país foi remodelado: passamos de nossa moderna vocação agroexportadora, a partir da periferia, que no limite ainda bebia nos estertores daquilo que Caio Prado Jr. chamou de “Sentido da Colonização”, para tentar ingressar no concerto industrial das nações do

até onde vão nossas forças, imputar à toda a obra de Schwarz pós-golpe, mas anterior à “Cultura e política, ...”, o diagnóstico da derrota iminente – veja-se, por exemplo, o aceno à luta armada ao final de “Cultura e política, ...”. Acreditamos, aliás como apontado por Reimberg, que, neste sentido, o ensaio sobre *Os fuzis* (Ruy Guerra, 1964), reforça que havia um horizonte em aberto; horizonte este que vai se estreitando com a passagem do tempo até sua aniquilação total, como se verá na análise ora proposta. Ver o ensaio citado em Schwarz, 2008. Para a tese de Reimberg, REIMBERG, Maurício. *A crítica de Roberto Schwarz (1958 – 1968): um percurso atravessado pelo golpe de 1964*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

centro da modernidade. Iniciava-se, aí, uma peleja de tempos históricos na experiência brasileira: inaugurava-se um novo “tempo social”, na expressão supracitada de Pimenta, agora dominante e distinto daquele até então vigente. Tempos de revolução.

Acontece que este tempo histórico, este novo tempo brasileiro (que a crônica imortalizou como “nacional-desenvolvimentista” e que de novo não tinha nada pois a industrialização já era realidade fundante na Inglaterra há um bom tempo), como já dito, foi abatido em pleno voo, mais especificamente no dia 31 de março de 1964. Conforme Paulo Arantes (2014, p. 293), a grande missão histórica que a Ditadura Civil-Militar brasileira (instaurada, em verdade, mais no dia 1º de abril de 1964 que na data supracitada) se impôs foi justamente a de varrer para debaixo do tapete a Era Vargas (nacional-estatista) e o desenvolvimentismo de Juscelino. Mais: aniquilar, no sentido estrito do termo, aquele tempo histórico vivido até então, de modo que, somado ao fato de as esquerdas não terem, ainda com Arantes (idem, p. 282), acusado suficientemente o golpe, ter se eliminado do horizonte toda e qualquer energia revolucionária, isto é, de ruptura com esta contrarrevolução que deixava pelo caminho o sonho cunhado (não sem pressões) por Stefan Zweig de “Brasil, país do futuro” – é certo que ao menos na acepção positiva do termo.

Finalmente chegando ao nosso objeto, alguns dos mais seminiais ensaios do maior crítico dialético vivo, segundo Franco Moretti: a saber, Roberto Schwarz (Moretti, 2021); pensamos que toda sua obra ensaística orbite por estas questões. E que elas, por claro, estejam refletidas em seus estudos machadianos, sobre os quais não nos debruçaremos aqui, já que nosso foco não reside na construção teórica da disputa entre tempos históricos que Schwarz identifica a partir de Machado de Assis e que demonstra ter existido até certa altura da matéria brasileira, como se verá adiante. Assim, o objeto reside justamente em sua “sondagem do contemporâneo” (Ferreira, no prelo) executada a partir de seus ensaios sobre o tempo presente, da qual se extrai a hipótese do colapso da modernidade sobreposta pela desagregação que sucede tal processo. Quer seja, toda sua obra se encontraria envolvida naquilo que Milton Ohata (Ohata, 2012) chamou de “futuro estático”, em outras palavras, um horizonte imutável para o futuro, sem perspectivas de mudança.

3. A DERROCADA DE VIEIRA (Ou, a Derrota em Roberto Schwarz)

Nesta toada, voltemo-nos a um ensaio de Schwarz que, a nosso ver, resumiria as inquietações de toda sua obra. Falamos de: “Cultura e política, 1964 – 1969: alguns esquemas”, publicado originalmente na França, em 1970. Recentemente, foi descoberto por Marcelo Lotufo nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, um documento de origem militarista que alertava para os “perigos” deste escrito, chegando até a se referir a uma “equipe de trabalho” que teria atuado em sua consecução, dado que seria impossível uma única pessoa ter realizado hercúleo trabalho (Schwarz, 2019, p. 11-14). A preocupação dos milicos não seria em vão: Schwarz fazia ali uma elegia à derrota representada por 1964. Um *Terra em Transe* em forma de ensaio, se assim preferir quem nos lê. Já antevendo noções que desembocariam em suas “As ideias fora do lugar”, publicado no Brasil preliminarmente em 1973, o autor desenvolvia com rara lucidez as fragilidades do estratagema que sustentou as esquerdas até o golpe, alertava para nossas forças regressivas e concluía acenando, do exílio, à luta armada.

Arrisquemos uma radiografia de “Cultura e política, ...”, para além da já conhecida formulação de que, apesar da ditadura de direita, haveria relativa hegemonia cultural à esquerda até o Ato Institucional

de número 05 (Schwarz, 2008, p. 71), editado em 1968 e que endureceu ainda mais a já dura Ditadura. Começamos pela análise de que a aliança forjada entre o Partido Comunista Brasileiro e os dirigentes populistas fora frágil:

Muito mais anti-imperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro (ibidem, p. 75).

Esta colocação é interessante pois desloca Roberto, que fora um dos participantes do aclamado “Seminário Marx” da Faculdade de Filosofia da USP, do eixo comum deste evento. Relembramos que foi a partir de uma leitura original e primeira de Marx que intelectuais como Fernando Henrique Cardoso construíram sua crítica ao chamado “populismo”, que teria vigorado de 1930 ao golpe de 1964. Para este último, aliás (e retomando a citação feita), este “setor industrial, nacional e progressista” a que se referiu Schwarz, não seria tão nacional assim: “No que dependesse da burguesia industrial, que era quem pesava mais na balança, o rumo estava tomado: ‘satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada na agricultura’, ela renunciara a tentar a ‘hegemonia plena da sociedade’” (Schwarz, 1999, p. 99). Schwarz parece, aqui, não anular os problemas ligados a este regime que seus companheiros de Seminário apontaram. Todavia, reconhece que, por detrás desta frágil aliança, haveria fendas possibilitadoras de progressos – numa conhecida frase deste ensaio: “O país estava irreconhecivelmente inteligente” (idem, 2008, p. 75) – que poderiam, ainda que de maneira desigual e combinada, inserir definitivamente o Brasil na marcha para o futuro (na acepção positiva desta ideia, convém frisar).

Acontece que havia uma pedra no meio do caminho. O colapso deste tempo temporariamente dominante do capitalismo à brasileira veio junto de uma reposição de elementos arcaicos que se pensavam superados (Cevasco, 2014, p. 207) – e talvez seja esta a síntese de seu controvertido ensaio “As ideias fora do lugar” (Schwarz, 2012, p. 09-31) – que transformaram 64 numa “[...] gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc” (Schwarz, 2008, p. 83). Ainda que estes não tenham chegado diretamente ao poder, dada a aliança estabelecida entre entes regressivos e modernos à direita, da qual os segundos saem vitoriosos no balanço da época – convém lembrar que com a chegada de Costa e Silva à presidência, em 1967, fica para trás a austeridade de um Roberto Campos, ministro da área econômica de Castello Branco, e volta o desenvolvimentismo, porém agora à direita, isto é, despido das possibilidades de emancipação social de outrora –, a barulhada de 64 estava feita. Barulhos esses que o Tropicalismo e o Teatro Oficina valorizariam, de modo a reconectar as experiências artísticas, iludidas com aquele sopro de modernidade, ao velho tempo do mundo brasileiro via reposição do atraso, agora nosso futuro imortalizado no presente, perpetuando-o – não à toa que serão justamente estas experiências as mais valorizadas por Schwarz no sentido de constatar a impossibilidade de derrotar a derrota de 64, apesar da crítica (neste texto de época, no caso do Tropicalismo, muito mais desconfiança que crítica) em relação ao método pelo qual isso se dava, quer seja, o da adesão ao novo velho tempo dominante do pós-64.

Ao fim e ao cabo, pensamos que 64, junto à “Cultura e política, ...”, consegue, se não resumir, explicar toda a obra de Roberto. Ao constatar o tamanho da derrota, bem como sua necessidade de “liquidar a própria cultura viva do momento” (Schwarz, 2008, p. 73), não haveria mais opção a opção daquele futuro. Este, seria sempre este: um desenvolvimento desigual e combinado em que, “à luz branca do ultramoderno” (idem, 2008, p. 87), na expressão utilizada para descrever o Tropicalismo, nosso

substrato arcaico, que Machado de Assis visou satirizar, se manteria operante. Ele não estava morto. Não à toa que “Cultura e política, ...” termine, refletindo a partir de *Quarup*, o romance guerrilheiro de Antonio Callado, por endossar a luta armada: o personagem que vai, tal qual missionário, conhecer seu próprio povo na prática, após a teoria, e lutar pela emancipação desse, independentemente de haver de fato desejo desse – e por esse – se emancipar. Era o último respiro (artificial) em direção a um horizonte revolucionário que, dados os altos desencontros entre os guerrilheiros e sua devida capilaridade social entre a população, dificilmente deixaria de ser horizonte para verter-se em realidade. A velha utopia?

4. TEMPOS MODERNOS? (Ou, a Era do Cinismo)

Passando do vinho para a água, Lulu Santos, grande nome da instituição MPB³⁰⁵ na sua ramificação pós-tropicalista, escrevera uma canção muito interessante sobre o novo tempo que se imaginou para o Brasil ao findar da Ditadura. Ora, terminado o regime de espoliação do povo brasileiro, era hora do reencontro celestial deste mesmo povo com o futuro ansiado³⁰⁶. Claro que o que não se pensava, para voltar a falar com Arantes, era que aqueles vinte e um anos passados não haviam ficado para trás:

pelo menos no que se refere às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares e Segurança Pública – convenhamos que não é pouca coisa –, a Carta outorgada pela Ditadura em 1967, bem como sua emenda de 1969, simplesmente continua em vigor. Simples assim (Arantes, 2014, p. 289).

Agora, com a palavra Lulu: “Eu vejo a vida melhor no futuro / Eu vejo isso por cima de um muro / De hipocrisia que insiste em me rodear”. Mais: “Eu vejo um novo começo de era / De gente fina, elegante e sincera / Com habilidade pra dizer mais sim que não”. E o refrão: “Hoje o tempo voa, amor / Escorre pelas mãos / Mesmo sem se sentir / Que não há tempo que volte, amor / Vamos viver tudo que há pra viver / Vamos nos permitir” (Santos, 1983, faixa 08). Evoco a canção *Tempos Modernos*, como o leitor deve ter percebido, para refletir sobre este horizonte de expectativas elevado (e que o tempo provaria falso) que se construiu quando da irrupção da já saudosa Nova República. Há esperança – a vida melhor no futuro – apesar da hipocrisia que rodeia o eulírico. Há a esperança para um novo tempo, uma nova era, com mais otimismo que pessimismo, ainda que o tempo voe. Há uma necessidade de se fazer no hoje tudo para ontem. Mas, ao fim e ao cabo, há esperança. E este é o ponto central: a vida vai mudar e o Brasil irá encontrar seu futuro (qualquer semelhança com a volta por cima do lulismo no pleito de 2022 não será fruto do acaso).

Ora, fizemos todo este malabarismo para mostrar como Roberto Schwarz vai, nesta altura de nosso “futuro estático”, na contramão do *mainstream*– Tropicalista, por sinal, isto é, aclimatado ao capitalismo

³⁰⁵ Compreendemos a MPB enquanto instituição sociocultural de acordo com NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*. São Paulo: AnnaBlume, 2001.

³⁰⁶ Convém citar o caso de Chico Buarque, autor que ganhará destaque em Schwarz adiante, como um adesista hesitante desta euforia que apontamos em Lulu. Se em “Vai Passar” a pátria-mãe dormia tão distraída, o que indica que irá acordar nalgum momento – quem está dormindo acorda uma hora, a não ser que morra dormindo – em “Pelos Tabelas” a operação será radicalmente oposta e muito mais niilista. Ver a análise de “Pelos Tabelas” feita em SANTOS, Daniela Vieira dos. *Pedro Pedreiro, Bye Bye Brasil e Pelos Tabelas: rumo ao colapso do tempo histórico. Música popular em revista*, v. 2, p. 82 – 109, 2014.

brasileiro pós-64. Em 1987, Roberto lançou o seu livro de ensaios *Que horas são?* à luz deste momento histórico atravessado. Hora de revolução ou de estagnação? A pergunta pairava no ar. Em texto de 1985, célebre pela polêmica envolvida, Schwarz, comentando o poema *Póstudo*, do concretista Augusto de Campos, irá dizer que ele refletia “o fracasso e a irrelevância do movimento cultural das vanguardas de nosso século” (Schwarz, 2006, p. 61), processo esse que teria no Tropicalismo seu expoente máximo. Como que respondendo à canção de Lulu, dirá Roberto: “Onde a negatividade dava conta da resistência do real, a positividade faz que ele evapore” (idem, 2006, p. 64).

Em outras palavras, onde a realidade dava conta do que era factual, a positividade fazia com que se vivesse uma ilusão cínica. Esta formulação encontraria, ainda em *Que horas são?*, um exemplo no ensaio sobre o célebre documentário de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*. Inicialmente produzido para narrar a história do líder campesino João Pedro Teixeira, assassinado no pré-golpe, a obra fora interrompida forçosamente pela pedra de 1964. Após a anistia, Coutinho decide retomar o projeto, nunca morto, e vai atrás da viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira. No momento de maior ápice da aérea esperança brasílica, Schwarz dirá acerca deste reencontro de um intelectual com o ente povo:

É como se no momento mesmo em que a parte melhor e mais aceitável da burguesia brasileira assume o comando do país – um momento a ser saudado! – o filme também melhor dos últimos anos dissesse, pela sua própria constituição estética e sem nenhuma deliberação, que num universo sério esta classe não tem lugar (idem, 2006, p. 77)³⁰⁷

Todo este horizonte de expectativas rebaixado encontraria seu ápice no seminal ensaio “Fim de século”, reunido em *Sequências Brasileiras*. Ali, Roberto irá atestar que o desenvolvimentismo, o qual havia permitido ao país décadas atrás estar irreconhecivelmente inteligente, havia falido – ou melhor, teria se vertido em uma ideia vazia, para a qual não havia mais dinheiro (Schwarz, 1999, p. 158). Não à toa, que a grande conclusão deste ensaio, que já se anuncia fatídico ao terminar dizendo que o capitalismo continua empilhando vitórias, será que:

[...] a falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. Se for assim, o que está na ordem do dia não é o abandono das ilusões nacionais, mas sim a sua crítica especificada, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo (idem, 1999, p. 160).

5. BREVE EXCURSO: O Fim da Procissão de Milagres

Publicado em 1999, primeiro ano da segunda gestão FHC, *Sequências brasileiras* constatava que, grosso modo, “já era” para o Brasil moderno. Naquele que é seu livro com maior poder de intervenção no

³⁰⁷ Antes de avançar na análise, é importante situar, à luz de novas declarações de Schwarz, que havia ainda alguma esperança de que a Nova República algo pudesse, ainda que em menor escala, trazer ao país no que diz respeito à emancipação social. Veja-se a seguinte declaração em SCHWARZ, Roberto / QUERIDO, Fábio Mascaro. Entrevista. *Margem esquerda*, nº 40, mai. 2023, p. 26: “Talvez o básico fosse o seguinte: eu era leitor dos frankfurtianos e acreditava – acredito – no diagnóstico pessimista deles. Ao mesmo tempo, estava no Brasil da abertura e da ascensão do Lula. Eu tentava me equilibrar nessa questão, que é objetiva, não tem porque ser disfarçada e precisa ser refletida”. Importante pontuar também que aquilo que anteriormente denominamos como “peleja” entre tempos históricos, encontra-se apresentada ao seu modo nas formulações de SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29-48.

presente, pois, à oposição de *O pai de família...*, em que o diagnóstico do início do colapso da modernidade à brasileira vai se construindo ao longo do avançar dos escritos, *Sequências...* desmascara as ilusões, afinadas com a “razão tropicalista” (Alambert, 2012), da integração do Brasil na “aldeia global” (Otsuka, 1999). Como nos ensaios sobre o *Póstudo* concretista e “O fio da meada”, acerca de *Cabra marcado para morrer*, Schwarz apontava que tamanha euforia não tinha mais lastro. Contudo, sua intervenção se limitava a isso: o apontamento de que o paradigma do intelectual dirigente, pró moderno e contra o arcaico, transmutado em um FHC neoliberal, não entregaria o que prometia.

A afirmação é importante pois serve de fermento para a massa crítica. É deste diagnóstico do presente efetuado por Schwarz em suas *Sequências...* que sairão dois dos escritos mais importantes, aí sim, de intervenção direta no presente, dado que funcionando como plataforma para saltos políticos: falo de “Beijando a cruz”, de Paulo Arantes, e “O ornitorrinco”, de Chico de Oliveira. Era a formação do lulismo e, enquanto todos apostavam na decolada brasileira, estes três intelectuais apontavam nas impossibilidades de entrega do que se prometia (como nos governos FHC, porém agora com um agravante: o caráter esquerdizante histórico do Partido que chegava ao poder). Entre iludidos e catastrofistas, com quem ficar?

6. A ERA DA DESAGREGAÇÃO: Agora e Para Sempre, Amém?

Queríamos agora falar um pouco sobre as intervenções de Roberto Schwarz nesta era de desintegração, quer seja, “pós-catástrofe”. Afinal, as esculhambações e destruições são infinitas e o poço só parece aumentar de profundidade. Não fosse pelo fato de nosso objeto ter feito, antes, um retorno. Em 2012, Schwarz nos brindou com mais um volume de ensaios, *Martinha versus Lucrecia*, que, a seu modo, refletia, no auge do retorno ao desenvolvimento à brasileira que o lulismo representou, sobre as energias utópicas dos anos 1960, como se fosse preciso acertar as arestas com aquele passado, que talvez ainda pudesse ter algo a dizer. No ensaio que mais rendeu comentários, Roberto se voltou ao livro de formação de Caetano Veloso (Wisnik, 2005, p. 121), *Verdade Tropical*: era um percurso de nosso tempo. Como explicar que, apesar de tudo que falamos até aqui, os tropicalistas tenham conseguido impor sua agenda cultural? Como entender que aqueles nomes, como Capinam e Gil, que haviam atuado nos Centros Populares de Cultura (CPC), tenham se vertido em arautos desta conjugação entre arcaico e moderno que 64 representou? Verticalizando a análise em Caetano, certamente o grande nome brasileiro daquilo que a filósofa Nancy Fraser (Fraser, 2018, p. 47) chamou de “neoliberalismo progressista”, Schwarz irá apontar como este teria passado de Capitu à Brás Cubas (Wisnik, 2012) a partir de sua leitura de *Terra em transe*. Com a palavra, Roberto:

[...] não foi a limitação intelectual da esquerda o que levou Caetano a fazer dela o seu adversário. A razão da hostilidade terá estado simplesmente nas reservas gerais dela ao capitalismo vencedor, na negatividade estraga-prazeres diante da voragem da mercantilização que se anunciava (Schwarz, 2012, p. 90).

Em outras palavras, os Tropicalistas sintonizariam o espírito do tempo gestado por 1964 e racionalizaram sua atuação neste (novo) espaço de tempo da experiência brasileira³⁰⁸.

³⁰⁸ Acompanhamos aqui a ideia de Francisco Alambert da institucionalização da vanguarda tropicalista nos anos posteriores ao seu estouro presente em ALAMBERT, Francisco. A realidade tropical. In: *História, arte e cultura: ensaios*. São Paulo: Intermeios, 2020, p. 31-40.

Acontece – e aí chegamos ao nosso tempo presente, aquele da desagregação de tudo e todos –, que havia algo de podre no reino da Tropicália. Ao menos desde 2013, quando das Jornadas de Junho, o Brasil tem vivido uma série de inflexões que, se não comprovam o que Schwarz vem escrevendo desde “Cultura e política, ...”, exemplificam a reposição do atraso nos momentos de maiores solavancos modernos. Nacional por subtração.

Já naquele distante e próximo 2013, em uma intervenção feita curiosamente no Teatro Oficina, Roberto irá propor que aquele momento marcava o renascimento do espírito crítico após a adesão cega à Globalização nos anos FHC, continuada de maneira *sui generis* nas gestões petistas. Mais: este renascimento da crítica poderia simbolizar uma possibilidade de redenção, um se encarar diretamente o Brasil de fracassos que havia emergido às ruas naquele fatídico Junho. Mas alertava também para a possibilidade de um aventureiro verter-se no maior beneficiário dos protestos (Cevasco, 2014, p. 278-279).

O desfecho é sabido. Um golpe parlamentar, uma eleição fraudada e uma guerra civil instaurada³⁰⁹. Se Junho representou uma possibilidade de repactuação da desagregação – no sentido de a partir da desintegração sem fim gerar algo novo – ela ainda ficou por florir. Em entrevista dada para Claudio Leal em 2019, Schwarz apontou as equivalências entre 64 e 2018: em ambos os momentos “um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização” (Schwarz, 2019, p. 327). Maior demonstração de um “futuro estático”, para retomar a valiosa expressão de Milton Ohata, inexistiria. Como acrescentou na nota de rodapé de 1978 que abre *Cultura e política*, “O leitor verá que o tempo passou e não passou” (Schwarz, 2008, p. 70). Em síntese, a revanche da província outra vez mais.

7. NO CABO, ERA O PRINCÍPIO: A Atualidade de “Cultura e Política, 1964 – 1969”

Importante salientar que a entrevista supracitada veio, no volume *Seja como for* (que compila várias entrevistas de Schwarz ao longo do tempo), como “Cultura e política, agora” (Schwarz, 2019). Pensamos que o título não seja fruto do acaso. Conforme buscamos apontar, “Cultura e política, ...” foi ensaio fundamental para o início do diagnóstico da falência do Brasil moderno em Schwarz. Contudo, apesar dos pesares, o ensaio apontava para tendências que se solidificariam ao longo do tempo, as quais buscamos sintetizar a seguir, pela ordem em que aparecem em “Cultura e política, ...”: i) as impossibilidades de alianças de classe de alta estatura, pelo caráter integracionista da elite econômica; ii) o diagnóstico do presente perpétuo e o adesismo de seus representantes como única forma de salvar o passado; iii) os dramas de consciência de classe, ou, numa versão mais humorada, a “síndrome de Paulo Martins”, iv) a incapacidade de formular estéticas que, na contramão da dialética sem síntese tropicalista, permitissem que as esquerdas, derrotadas ou não, conseguissem construir formas com capilaridade social, porém críticas ao hegemônico.

Em 2019, quando da publicação de *Seja como for*, o Brasil vivia o primeiro ano de governo do Capitão Messias. Depois de anos dormente, e muito graças à perca do timoneiro ideológico das Jornadas de Junho de 2013, mais ou menos desde a temerária virada de mesa das direitas, Michel Temer à frente, voltava a haver agitação cultural esquerdizante apesar desta estar aleijada do poder. Acontece que, se o

³⁰⁹ Em linhas gerais, a ideia da guerra civil como destino inescapável está em DARDOT, Pierre/GUÉGUEN, Haud/LAVAL, Christian/SAUVÊTRE, Pierre. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: editora Elefante, 2021.

leitor efetivamente tiver visto que “o tempo passou e não passou” (Schwarz, 2008, p. 70), a aliança lulista fracassara após a (talvez anacrônica) tentativa neodesenvolvimentista de Dilma e o retorno das ruas à luz de Junho; os tropicalistas, institucionalizados, como que numa negação da verve agitada que encarnavam nos anos 1960, o que podiam era buscar tutelar o novo, o que não impediria também seu esgotamento; os intelectuais, encalacrados pelo empoderamento via inserção-consumo das minorias e das populações periféricas, contentando-se em autoflagelarem-se, pouco conseguiam oferecer; e, por fim, as formas estéticas, também reféns deste processo de afirmação de novos atores, ao menos em suas formulações históricas, opacas, não conseguiam responder criticamente, com o diagnóstico de fundo de 64, ao presente. Restava Junho e seus arredores.

8. PÓSTUDO: Um Novo Tempo ao Quadrado?

Para finalmente encerrar, um pequeno exercício de futurologia. Naquele 2022 tão aguardado e temido, Roberto Schwarz publicou *Rainha Lira*, uma peça teatral ainda mal compreendida sobre nossa barafunda. *Rainha Lira*, que fecha com o retorno triunfante do rei, identificado sem necessidade de nomeação literal com Lula, para um *revival* mais do mesmo, aponta também para a profundidade de nossa fratura. Estudantes em revelia invadem o palácio do governo sem muito saberem o que querem. A Rainha Lira, identificada com Dilma nos mesmos termos da identificação do Rei com Lula, foge do palácio temendo um desastre e acaba indo parar numa favela. Lá, encontra o Chefão que lhe dá uma grande surra verborrágica. Vale mais que a pena a longa citação:

Que história mal contada. Quer dizer então que os bárbaros somos nós? Na maior caradura, vocês nos deixaram ao deus-dará, morando em buracos, sem trabalho nem comida, para não falar em salário e aulas de português. [...] Vivendo de biscates, acuados pela miséria e achacados pela política, agradecíamos qualquer esmola, como pau para toda obra que somos. [...] Assim, de viração em viração, fomos aprendendo. Hoje sou subversivo assumido. Conspiro *full time*, faço política clandestina, muitas vezes com sócios seus, minha vida é de guerrilheiro, não respeito a propriedade privada, roubo o Estado sempre que posso e vou preso a torto e a direito. [...] Dito isso, além de patrimônio, estou acumulando importância. É visível, só os progressistas não notam. Vocês ouviram falar em dualidade de poderes? É uma ideia da esquerda revolucionária, que estou reciclando pela direita. Segundo os comunistas, haveria um momento em que os trabalhadores, à margem da lei, sem pedir licença, pela força das coisas, por serem numerosos – como nós agora –, ganhariam peso a ponto de governar a marcha da sociedade, deixando os proprietários pendurados na brocha. É exatamente o que estamos fazendo, só que em lugar de socialismo nós vamos implantar o condomínio do medo (Schwarz, 2022, p. 76-77).

Para voltar ao início com Bonvicino, a nova utopia morre na praia, cercada pela vigilância do condomínio do medo e pelo exercício da liberdade de quem nunca teve seu direito a conhecê-la garantido. No limite, os ditames que se impunham do novo/velho tempo do mundo da experiência brasileira que Schwarz vem realçando desde sua inauguração, naquele distante e próximo 1964, este sim, o ano que não terminou. Nesta hora dramática, o papel dos intelectuais dá Bonvicino: “O poema negativo denuncia a

barbárie” (Bonvicino, 2013, p. 13) Ao povo, fica o chamado irônico de Renan Inquérito: “Se a História é nossa, deixa que nós escreve”³¹⁰. Sociedade autodestrutiva? Que dê no que tiver que dar.

³¹⁰ Para uma análise dos desdobramentos disso no *rap* ver CAMARGOS, Roberto. “*Se a História é nossa, deixa que nós escreve*”: os rappers como historiadores. *ArtCultura*, v. 20, nº. 36, 2018. Para uma análise não-ficcional (embora a peça de Schwarz seja intrinsecamente realista) da barafunda brasileira, ver UM GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*. São Paulo: Contrabando, 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a Era da Emergência*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- BONVICINO, Régis. *Estado crítico*. São Paulo: Hedra, 2013.
- _____. *Deus devolve o revólver*. São Paulo: De Lírio Records, 2019.
- BUARQUE, Chico. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CEVASCO, Maria Elisa. Modernização à brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 59, 2014
- _____. A crítica cultural lê o Brasil. In: SINGER, André/LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo editorial, 2014, pp. 251 – 279.
- FERRO, Tiago. *Um outro percurso de nosso tempo – Roberto Schwarz*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, no prelo.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Revista Política & Sociedade*, v. 17 (n.º 40). Florianópolis, dez. 2018.
- GONÇALVES, Anderson / OTSUKA, Edu Teruki / RABELLO, Ivone Daré. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º. 57, dez. 2013, p. 327-348.
- MORETTI, Franco. A new intuition: on Roberto Schwarz's critical work. *New LeftReview*, n.º 131, September-October 2021.
- OHATA, Milton. Progresso à moda brasileira. *Piauí*, n.º 69, jun. 2012.
- OTSUKA, Edu Teruki. Sequências brasileiras, ruptura mundial. *Eutomia*, Recife: n.º. 11, vol. 01, jan./jun. 2013, pp 199-213.
- PIMENTA, João Paulo. *O livro do Tempo: uma História Social*. São Paulo: Edições Almedina/70, 2021.
- SANTOS, Lulu. *O último romântico*. Rio de Janeiro: Warner Music Brazil, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2019.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2012.
- _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Rainha Lira*. São Paulo: Editora 34, 2022.
- WISNIK, Guilherme. *Caetano Veloso (Coleção Folha Explica)*. São Paulo: PubliFolha, 2005.

WISNIK, José Miguel. *Versus.O Globo*, 28.04.2012.